



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

Sistemas Alimentares Sustentáveis e sua relevância para o Desenvolvimento Regional: Contribuições para o ODS 2 em prol da Soberania Alimentar

Priscila D’Avillar dos Santos

Universidade de Taubaté (prisciladavillar@gmail.com)

Ademir Fernando Morelli

Universidade de Taubaté (ademir.morelli@unitau.br)

Paulo Fortes Neto

Universidade de Taubaté (paulo.fortes@unitau.br)

Resumo

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelecida pela ONU instituiu a erradicação da fome como uma de suas principais metas globais, sintetizada no ODS 2. No entanto, o mundo enfrenta retrocessos significativos no combate à insegurança alimentar, agravados por crises climáticas, geopolíticas e sanitárias. O Brasil, embora tenha avançado nas últimas décadas, também vivencia oscilações na segurança alimentar e desafios estruturais nos sistemas produtivos e de distribuição. Este artigo analisa o panorama nacional do cumprimento da ODS 2, com foco na soberania alimentar e na sustentabilidade dos sistemas alimentares. A seguir, examina a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), utilizando indicadores públicos nacionais (ODS Brasil, IPEA, IDSC) para identificar avanços, lacunas e potenciais estratégias regionais. A pesquisa, de natureza exploratória e analítica, destaca que há disparidades intra-regionais relevantes, o que demanda um redesenho das políticas de desenvolvimento regional voltadas à alimentação sustentável e à valorização da agricultura familiar. O fortalecimento da soberania alimentar passa pela territorialização das metas do ODS 2, incorporando indicadores locais, políticas públicas integradas e o fomento de cadeias alimentares curtas e resilientes.



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

Palavras-chave: ODS 2; soberania alimentar; sistemas alimentares sustentáveis; desenvolvimento regional; RMVPLN.

Abstract

The 2030 Agenda for Sustainable Development established by the UN set the eradication of hunger as one of its main global goals, synthesized in SDG 2. However, the world faces significant setbacks in combating food insecurity, worsened by climate, geopolitical, and health crises. Brazil, although it has made progress in recent decades, also experiences fluctuations in food security and structural challenges in production and distribution systems. This article analyzes the national panorama of the fulfillment of SDG 2, focusing on food sovereignty and the sustainability of food systems. It then examines the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and North Coast (RMVPLN), using national public indicators (SDG Brazil, IPEA, IDSC) to identify advances, gaps, and potential regional strategies. The research, exploratory and analytical in nature, highlights that there are relevant intra-regional disparities, which demand a redesign of regional development policies aimed at sustainable food systems and the appreciation of family farming. Strengthening food sovereignty requires the territorialization of SDG 2 targets, incorporating local indicators, integrated public policies, and the promotion of short and resilient food supply chains.

Keywords: SDG 2; food sovereignty; sustainable food systems; regional development; RMVPLN.

Resumen

La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible establecida por la ONU fijó la erradicación del hambre como uno de sus principales objetivos globales, sintetizado en el ODS 2. Sin embargo, el mundo enfrenta retrocesos significativos en la lucha contra la inseguridad alimentaria, agravados por crisis climáticas, geopolíticas y sanitarias. Brasil, aunque ha



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

avanzado en las últimas décadas, también experimenta fluctuaciones en la seguridad alimentaria y desafíos estructurales en los sistemas de producción y distribución. Este artículo analiza el panorama nacional del cumplimiento del ODS 2, con énfasis en la soberanía alimentaria y la sostenibilidad de los sistemas alimentarios. A continuación, examina la Región Metropolitana del Valle del Paraíba y Litoral Norte (RMVPLN), utilizando indicadores públicos nacionales (ODS Brasil, IPEA, IDSC) para identificar avances, brechas y posibles estrategias regionales. La investigación, de carácter exploratorio y analítico, destaca que existen disparidades intra-regionales relevantes, lo que exige un rediseño de las políticas de desarrollo regional orientadas a sistemas alimentarios sostenibles y a la valorización de la agricultura familiar. El fortalecimiento de la soberanía alimentaria requiere la territorialización de las metas del ODS 2, incorporando indicadores locales, políticas públicas integradas y el fomento de cadenas alimentarias cortas y resilientes.

Palabras clave: ODS 2; soberanía alimentaria; sistemas alimentarios sostenibles; desarrollo regional; RMVPLN.

1. INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional é um dos maiores desafios contemporâneos da humanidade. De acordo com o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*, publicado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), cerca de 735 milhões de pessoas enfrentaram fome no mundo em 2022, um aumento alarmante em relação aos anos anteriores (FAO et al., 2023). Segundo o relatório, as causas desse cenário são multifatoriais: conflitos armados, desigualdades estruturais, crise climática, degradação ambiental e disfunções nos sistemas alimentares globais. A pandemia da COVID-19 acentuou ainda mais essas vulnerabilidades, interrompendo cadeias de abastecimento, precarizando o trabalho rural e urbano e expondo as fragilidades das políticas públicas voltadas à segurança alimentar.



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

Frente a esse panorama, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada por 193 países, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o ODS 2 dedicada a “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. As metas associadas ao ODS 2 abarcam desde a erradicação da fome e da má nutrição até o apoio à agricultura familiar, a sustentabilidade da produção de alimentos e a manutenção da diversidade genética dos cultivos (ONU, 2015).

Contudo, os avanços globais são insuficientes. Segundo a própria FAO (2023), as metas do ODS 2 estão fora do alcance global no ritmo atual, e apenas alguns países demonstram progresso sustentado. Estima-se que, se mantida a tendência atual, o mundo ainda terá 660 milhões de pessoas passando fome em 2030, justamente no ano de encerramento da Agenda 2030.

No Brasil, a situação também é preocupante. A fome, que havia sido significativamente reduzida nas primeiras décadas do século XXI, voltou a crescer de forma alarmante. Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2022) revelam que mais de 33 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave naquele ano — quase o dobro do registrado em 2020. O país voltou ao Mapa da Fome da ONU, revelando não apenas a fragilidade da segurança alimentar, mas também a desestruturação de políticas públicas e a descontinuidade de programas sociais essenciais.

Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Plano Safra da Agricultura Familiar são pilares estratégicos para a soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, cortes orçamentários e falta de articulação federativa têm limitado sua efetividade. A Embrapa (2024) alerta que o sistema agroalimentar brasileiro, embora robusto em termos de produção, é altamente dependente de commodities e pouco resiliente quanto à produção diversificada e acessível de alimentos saudáveis.



Ao mesmo tempo, cresce a discussão sobre a soberania alimentar, conceito que vai além da simples segurança alimentar. Enquanto a segurança alimentar trata do acesso suficiente a alimentos, a soberania alimentar envolve o direito dos povos a definirem seus próprios sistemas alimentares, respeitando culturas locais, promovendo a agroecologia, a biodiversidade, o consumo consciente e a valorização dos territórios. É uma proposta política, ética e sustentável frente a um modelo agroindustrial predatório (FAO, 2014)

Nesse contexto, este artigo propõe uma análise da situação regional no cumprimento do ODS 2, com ênfase na sustentabilidade dos sistemas alimentares e na consolidação da soberania alimentar como eixo do desenvolvimento territorial. Para isso, será investigado o desempenho da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), território com grande diversidade socioeconômica, agrícola e ambiental, buscando compreender os avanços e os entraves locais no enfrentamento da fome e na promoção de sistemas sustentáveis.

Serão utilizados dados oficiais e indicadores públicos provenientes de plataformas como ODS Brasil, IPEA, IDSC e IBGE, a fim de realizar uma leitura crítica e comparativa da realidade regional em relação aos objetivos globais. A análise pretende evidenciar não apenas os números, mas os significados por trás dos indicadores: quais territórios avançam? Quais retrocedem? E por quê? O que as disparidades internas da RMVPLN revelam sobre os modelos de desenvolvimento adotados? E, mais importante: é possível pensar em soberania alimentar sem pensar em soberania territorial, política e ambiental?

Este artigo busca, portanto, não apenas compreender o estágio atual da ODS 2, mas provocar reflexões sobre os caminhos viáveis e urgentes para que os sistemas alimentares sustentáveis deixem de ser promessa e passem a ser prática, com base em políticas territorializadas, inclusivas e resilientes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ODS 2 e os desafios estruturais da fome no mundo contemporâneo



A ODS 2 da Agenda 2030 propõe erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional, promover a agricultura sustentável e garantir sistemas de produção resilientes. Essa meta, embora fundamental, está entre as mais desafiadoras de serem cumpridas no cenário global atual. O relatório da FAO (2023) destaca que a fome atinge mais de **735 milhões de pessoas** no mundo, e a insegurança alimentar moderada ou grave afeta cerca de **29,6% da população mundial**. A situação é agravada por múltiplas crises interconectadas: guerras prolongadas, eventos climáticos extremos, aumento do custo dos alimentos, desigualdade social e instabilidade econômica global (FAO, 2023).

Além disso, a produção de alimentos global segue concentrada em poucos países e grandes corporações, que dominam cadeias logísticas e mercados transnacionais, muitas vezes em detrimento de sistemas locais sustentáveis e diversificados. A própria FAO neste relatório alerta que, mesmo com a produção agrícola global em expansão, o acesso aos alimentos continua limitado para populações marginalizadas, sobretudo em países em desenvolvimento. A fome, nesse contexto, não decorre apenas da escassez de alimentos, mas de uma lógica de produção e distribuição excludente.

A teoria das capacidades de Amartya Sen (1981) é central para entender a fome como uma falha sistêmica de acesso e não de produção. Segundo ele, mesmo com alimentos disponíveis no mercado, indivíduos e comunidades podem permanecer em situação de insegurança alimentar por não terem renda, terra, emprego ou políticas públicas que garantam seus direitos. Essa leitura aponta para a importância de compreender a fome como um problema estrutural, político e ético — e não apenas técnico ou agrícola.

2.2 Segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia: três pilares interligados

O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN), consagrado na Cúpula Mundial da Alimentação da FAO (1996) e adotado no Brasil pela Lei nº 11.346/2006, implica o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. A SAN engloba dimensões



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

de disponibilidade, acesso, uso e estabilidade dos alimentos, e está relacionada tanto à produção quanto à distribuição e ao consumo.

Porém, críticas ao conceito de segurança alimentar isolado apontam que ele pode ser cooptado por modelos industriais de produção e distribuição que, embora forneçam alimentos em larga escala, negligenciam a qualidade nutricional, a sustentabilidade ambiental e a autonomia dos povos. Por isso, surge a noção de soberania alimentar, proposta pela organização internacional **Via Campesina** na década de 1990. Segundo a Carta de Nyéléni (2007), a soberania alimentar é “o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos sustentáveis e ecologicamente corretos, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas”.

Essa concepção rompe com o paradigma hegemônico da agricultura industrial e propõe a autonomia dos territórios, a valorização da produção local, a diversificação de culturas e o protagonismo de camponeses, comunidades tradicionais, mulheres e povos indígenas na definição das políticas alimentares. A soberania alimentar, portanto, articula um projeto de sociedade que desafia o agronegócio globalizado e propõe alternativas baseadas na justiça social, na equidade de gênero e na conservação dos bens comuns.

Nesse cenário, a agroecologia ganha destaque como a matriz técnica e política capaz de viabilizar sistemas alimentares sustentáveis e soberanos. Segundo Altieri (2009), a agroecologia integra conhecimentos científicos e saberes tradicionais para desenvolver práticas agrícolas que conservam os recursos naturais, promovem a biodiversidade, fortalecem o tecido social e valorizam a autonomia dos produtores. Para Darolt e Rover (2021), a agroecologia deve ser compreendida não apenas como um sistema de produção, mas como um projeto político de transformação social e territorial, que articula produção, comercialização, consumo e participação popular.

2.3 Agricultura familiar, políticas públicas e circuitos curtos

No Brasil, a agricultura familiar é um pilar essencial da soberania alimentar. Apesar de ser difícil mensurar assertivamente, de acordo com o Censo Agropecuário do



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

IBGE (2017), o setor representa mais de 77% dos estabelecimentos rurais do país e tem participação em cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, incluindo itens como feijão, mandioca, hortaliças e leite. Essa importância, no entanto, não é proporcionalmente refletida no acesso a crédito, tecnologia, mercado e infraestrutura.

O fortalecimento da agricultura familiar depende de políticas públicas estruturantes, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas atuam como pontes entre produção e consumo, garantindo preços justos aos agricultores e acesso a alimentos saudáveis à população. Conforme Grisa e Schneider (2014), a institucionalização dessas políticas a partir dos anos 2000 permitiu um ciclo virtuoso de inclusão produtiva, organização dos agricultores e redução da fome.

Outro componente estratégico são os circuitos curtos de comercialização, que reduzem a distância entre quem produz e quem consome, fortalecendo economias locais, gerando confiança nas relações de troca e diminuindo a dependência de intermediários. Conforme Carvalho e Ruivo (2023), esses circuitos são eficazes para agregar valor aos produtos da agricultura familiar, fomentar cadeias solidárias e permitir uma maior resiliência em tempos de crise.

No contexto brasileiro, iniciativas como feiras agroecológicas, comunidades que sustentam a agricultura (CSA), redes de consumo consciente e cooperativas autogestionadas representam alternativas reais ao modelo convencional, e têm ganhado força principalmente em territórios urbanos e periurbanos com maior organização social.

2.4 Desenvolvimento regional sustentável e a territorialização da ODS 2

A ODS 2 não pode ser analisada fora do seu contexto territorial. O Brasil é um país marcado por desigualdades regionais profundas, e as condições para produzir, acessar e consumir alimentos variam drasticamente entre regiões, estados e municípios. Dessa forma, o desafio de alcançar a ODS 2 exige uma abordagem territorializada, que



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

reconheça os contextos locais e envolva os diversos atores sociais na construção de políticas adequadas.

A literatura sobre desenvolvimento regional sustentável enfatiza a importância de políticas públicas integradas que articulem os três pilares da sustentabilidade — ambiental, social e econômica — com a valorização dos recursos endógenos e a gestão democrática dos territórios. Segundo Sabourin (2011), os chamados recursos socioterritoriais (associações, redes, tradições, relações de confiança) são fundamentais para a resiliência e a autonomia alimentar dos territórios, sobretudo nas regiões onde o Estado é ausente ou ineficaz.

Nesse sentido, experiências locais de gestão alimentar, como conselhos municipais de segurança alimentar, programas de hortas urbanas, mapeamento de produtores locais, e planos de compras públicas com recorte territorial, têm se mostrado eficazes para enfrentar a insegurança alimentar e promover o desenvolvimento regional com soberania alimentar.

No caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), o desafio se acentua devido à sua diversidade socioeconômica e ao desequilíbrio entre áreas urbanas densamente industrializadas e regiões rurais em declínio produtivo. A região precisa de mecanismos de governança que articulem políticas estaduais, municipais e sociais para integrar o combate à fome com estratégias de planejamento regional sustentável.

3. MÉTODO

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com elementos descritivos e analíticos, estruturada a partir de uma pesquisa documental e análise de dados secundários provenientes de fontes públicas, oficiais e cientificamente reconhecidas. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas regionais, sociais e institucionais envolvidas na implementação da ODS 2 no Brasil e, em especial, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), a partir de uma perspectiva crítica e territorializada.

3.1 Abordagem e delineamento

A pesquisa se desenvolve em três eixos principais:

1. Contextualização global e nacional da ODS 2, com base em relatórios e dados oficiais de organismos internacionais, como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e a ONU (Organização das Nações Unidas), bem como de instituições brasileiras, como o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Rede PENSSAN.

2. Análise de indicadores nacionais e regionais relacionados à segurança alimentar, agricultura sustentável e desenvolvimento regional, especialmente os disponibilizados nas plataformas:
 - ODS Brasil (<https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador212>);
 - IPEA/ODS (<https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>);
 - Plataforma IDSC - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável nas Cidades (<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>).

3. Recorte territorial aplicado à RMVPLN, com identificação e comparação dos dados disponíveis sobre os municípios da região, visando identificar desigualdades intra-regionais e o grau de implementação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e agricultura familiar. Os dados comparativos utilizam os dois principais indicadores de agricultura familiar encontrados na plataforma do IDSC:
 - Proporção de estabelecimentos de agricultura familiar;
 - Proporção da área total utilizada pela agricultura familiar.

A comparação foi realizada entre os municípios com melhor e pior desempenho nesses indicadores, com vistas a compreender os fatores associados às diferenças observadas, seus possíveis vínculos com políticas públicas e sua correlação com os princípios da ODS 2.

3.2 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada entre os meses de julho e novembro de 2025, utilizando exclusivamente fontes públicas, acessíveis e verificáveis. As informações foram organizadas em planilhas comparativas e sintetizadas em gráficos e tabelas para facilitar a visualização das diferenças regionais.

A análise dos dados seguiu a abordagem de análise documental com suporte interpretativo, considerando a triangulação entre os dados quantitativos, os marcos legais e as políticas públicas em vigor. Além disso, foi aplicada uma leitura crítica sob a ótica do desenvolvimento regional sustentável e dos princípios da soberania alimentar.

3.3 Limitações da pesquisa

Esta pesquisa se limita à análise de dados secundários disponíveis em plataformas públicas e não incorpora dados primários obtidos por meio de entrevistas, questionários ou observação de campo, o que poderia enriquecer a análise qualitativa. Outra limitação refere-se à ausência de dados atualizados e padronizados sobre agroecologia, circuitos curtos e segurança alimentar em nível municipal, o que restringe algumas comparações mais profundas entre os municípios da RMVPLN.

Ainda assim, os dados utilizados permitem identificar tendências e desigualdades relevantes no território estudado e fornecer insumos para análises futuras mais aprofundadas e para formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

4. RESULTADOS

4.1 Desempenho nacional frente à ODS 2: avanços e estagnações

Embora o Brasil tenha sido, por muitos anos, um exemplo internacional de políticas públicas voltadas ao combate à fome — sobretudo durante a década de 2000, com a implementação do Fome Zero e a consolidação do Sistema Nacional de Segurança



Alimentar e Nutricional (SISAN) — os dados recentes revelam retrocessos significativos. Segundo a Rede PENSSAN (2022), o Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU, com cerca de 33,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, agravado por crises econômicas, cortes em programas sociais e desarticulação das políticas estruturantes.

A partir dos dados da plataforma ODS Brasil e do IPEA (2024), observa-se que o progresso em direção ao alcance da ODS 2 é desigual entre os estados e extremamente lento. A proporção da população em insegurança alimentar moderada ou grave mantém-se elevada em regiões com maiores índices de pobreza, como o Norte e Nordeste, mas também cresce em centros urbanos periféricos do Sudeste.

A análise nacional dos indicadores relacionados à agricultura sustentável encontra-se prejudicada pela ausência de métricas sistemáticas e padronizadas — conforme reconhece o próprio portal oficial da ODS no Brasil (IPEA, 2025). Entretanto, os dados disponíveis sobre agricultura familiar, via Censo Agropecuário e plataformas como o IDSC, fornecem parâmetros relevantes para análise territorializada da ODS 2.

4.2 A agricultura familiar na RMVPLN: dados comparativos

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), criada em 2012, é composta por 39 municípios paulistas com características socioeconômicas heterogêneas. A coexistência de áreas altamente urbanizadas, como São José dos Campos, e municípios predominantemente rurais, como Natividade da Serra ou Redenção da Serra, torna a região um caso emblemático para estudar a territorialização da ODS 2.

Para fins comparativos, foram utilizados dois indicadores de agricultura familiar disponíveis no portal IDSC – Cidades Sustentáveis:

- Indicador 1: Proporção de estabelecimentos classificados como agricultura familiar (%)

- Indicador 2: Proporção da área total utilizada por estabelecimentos de agricultura familiar (%)

A seguir, apresenta-se o comparativo com os dados mais recentes disponíveis (referência: Censo Agropecuário IBGE 2017, atualizado em 2023 nos portais de monitoramento ODS):

QUADRO 1 – Comparativo Censo Agropecuário

Município	Estab. Agric. Familiar (%)	Área por Agric. Familiar (%)
Natividade da Serra	95,5%	85,2%
Redenção da Serra	93,8%	82,7%
São Luiz do Paraitinga	89,1%	74,4%
São José dos Campos	55,7%	32,1%
Caraguatatuba	47,3%	21,9%
Ubatuba	49,2%	26,3%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017.

Observa-se que municípios de menor porte e com forte tradição rural apresentam elevada participação da agricultura familiar, tanto em número de estabelecimentos quanto em área produtiva. Em contrapartida, os municípios mais urbanos e turísticos, como Caraguatatuba, Ubatuba e São José dos Campos, apresentam menor envolvimento produtivo com a agricultura familiar, o que pode indicar:



- maior pressão urbana sobre o uso do solo;
- esvaziamento das atividades agrícolas;
- ausência de políticas locais de fomento à produção familiar e sustentável.

5. DISCUSSÕES

5.1 Interpretação dos resultados e desafios regionais

A análise dos dados evidencia a desigualdade territorial na implementação da ODS 2 dentro da própria RMVPLN. Enquanto alguns municípios mantêm vivas suas práticas de produção agrícola familiar e tradicional, outros caminham para a urbanização desordenada e para a dependência de cadeias alimentares externas, com pouca valorização da produção local.

Esse cenário revela a ausência de políticas regionais coordenadas que articulem segurança alimentar, agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável. A fragmentação dos esforços institucionais, aliada à falta de diagnósticos integrados e instrumentos de planejamento intersetorial, compromete o avanço da ODS 2 na região.

Apesar de existirem experiências locais exitosas, como feiras agroecológicas, iniciativas de compras públicas via PNAE e PAA, e projetos de horta urbana, elas permanecem isoladas, sem articulação entre os municípios da região metropolitana. A implementação de planos regionais de segurança alimentar e agricultura sustentável, com metas alinhadas aos ODS e integradas com a governança regional, poderia fortalecer sinergias e ampliar impactos.

Além disso, a falta de dados atualizados sobre produção agroecológica, consumo consciente, circuitos curtos de comercialização e impacto das políticas públicas locais é um obstáculo relevante para a formulação de políticas baseadas em evidências. A criação de observatórios regionais de soberania alimentar, por exemplo, poderia preencher essas lacunas e subsidiar o planejamento de ações de longo prazo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados demonstram que, embora o Brasil tenha uma trajetória histórica de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e fortalecimento da



agricultura familiar, os últimos anos marcaram retrocessos significativos, com o retorno ao Mapa da Fome e a fragilização de estruturas institucionais fundamentais. A ODS 2, com sua proposta ambiciosa de erradicar a fome e promover sistemas alimentares sustentáveis, enfrenta desafios estruturais, políticos e territoriais que exigem respostas coordenadas, contextualizadas e de longo prazo.

No recorte territorial da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), a análise dos indicadores revela profundas desigualdades entre os municípios no que tange à presença e valorização da agricultura familiar. Essa heterogeneidade territorial evidencia a ausência de um planejamento regional integrado voltado à soberania alimentar, o que compromete o alcance da ODS 2 de forma equitativa.

Além disso, a carência de indicadores específicos sobre agroecologia, circuitos curtos de comercialização e acesso a alimentos saudáveis em nível municipal limita a capacidade de monitorar e avaliar políticas públicas com base em evidências. A criação de mecanismos regionais de governança alimentar, aliada à ampliação da produção e consumo de alimentos sustentáveis e locais, são caminhos essenciais para alinhar o desenvolvimento regional com a justiça social e ambiental.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de que a soberania alimentar seja colocada no centro das agendas de planejamento territorial, considerando os saberes locais, a participação social e o direito dos povos de decidirem sobre seus modos de produzir e consumir. A ODS 2 não pode ser tratada apenas como uma meta técnica, mas como um projeto político de transformação social, profundamente conectado ao futuro dos territórios e à dignidade de seus habitantes.

7. REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Plataforma ODS Brasil*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2025.

CARVALHO, José; RUIVO, Paula. Circuitos curtos agroalimentares: desafios e intervenções para uma economia resiliente e sustentável. *Revista da UI_IPSantarém*, v. 11, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/32505>. Acesso em: 06 out. 2025.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 06 out. 2025.

EMBRAPA. Brasil elabora documento com projeções para o agronegócio em parceria com países do Mercosul. *Portal Embrapa*, 07 out. 2024. Disponível em: https://www.embrapa.br/cultivos/busca-de-noticias/-/noticia/93934610/brasil-elabora-documento-com-projecoes-para-o-agronegocio-em-parceria-com-paises-do-mercosul?p_auth=mkEDHskI. Acesso em: 02 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: Agricultura familiar Brasil – Grande regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2017/Resultados_De_finitivos/agricultura_familiar/Metodologia_Agricultura_Familiar_e_PRONAF_Censo_Agropecuario_2017.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.



Anais do Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção (SAEPRO) da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum*. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc3017en>. Acesso em: 06 out. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Food Sovereignty Systems: Feeding the World, Regenerating Ecosystems, Rebuilding Local Economies, and Cooling the Planet – all at the same time*. Rome: FAO, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/877809/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, p. 125–146, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDSndRqMPtmf/>. Acesso em: 06 out. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 09 out. 2025.

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 06 out. 2025.

SABOURIN, Eric. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através do conceito de recursos socioterritoriais. In: SILVEIRA, Maria Laura; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 149-172.

SEN, Amartya. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Oxford University Press, 1981.



Anais do **Simpósio Acadêmico de Engenharia
de Produção (SAEPRO)** da EEL-USP

IX SAEPRO – 25 e 26 de novembro de 2025

LA VÍA CAMPESINA. *Declaração de Nyéléni sobre Soberania Alimentar*. Mali, 2007. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty/>. Acesso em: 02 nov. 2025.